

A SENHORA DA ABELHEIRA

JOSÉ ANTÓNIO ROCHA *

Introdução

Quem hoje se deslocar ao, assim designado, monte da Senhora da Abelheira, situado no lugar da Abelheira, freguesia de Escariz, concelho de Arouca, encontrará nele um comum santuário mariano, com uma pequena capela no cume, rodeada por amplos espaços de arraial, com palco, coreto, cruzeiros, imagens oferecidas por devotos, assadores e mesas para piqueniques, espaços relvados, etc. Perguntando, será informado de que ali se venera Nossa Senhora da Conceição, cuja romaria anual é celebrada no último fim-de-semana de Agosto nas, assim denominadas, “festas em honra de Nossa Senhora da Conceição e de Nossa Senhora de Fátima”.

Por esta descrição, somos levados a julgar tratar-se, desde o princípio, do palco de uma comum e pacífica romaria do Norte de Portugal. E, de facto, é disso que hoje se trata. Contudo, a génese deste santuário e deste culto envolveu acontecimentos cujo estudo e divulgação têm o seu relativo interesse para a história religiosa de Portugal, não pela amplitude do impacto desses mesmos acontecimentos, o qual foi, efectivamente, de carácter local e regional, mas por aquilo que, à sua escala, aí se disputou e pelo seu significado. Nestes acontecimentos manifestam-se elementos permanentes da dimensão religiosa do ser humano, concretizados numa espiritualidade interior e comunitária expressa por via de categorias culturais próprias, e elementos que reflectem o contexto histórico – sobretudo em termos políticos e religiosos – que se vivia naqueles últimos anos da I República. Que génese e acontecimentos são esses? Podemos sintetizá-los conforme se segue:

O santuário conhecido como “capela da Abelheira” e a romaria conhecida como “festa da Abelheira” têm a sua origem na comunicação que, em Junho ou Julho de 1924, um agricultor local fez aos vizinhos de uns sonhos nos quais uma “santa Maria Justa” lhe pedia que aí fosse construída uma capela para acolher o seu cadáver incorrupto, que seria entretanto encontrado no local. A adesão massiva

* CEHR.

da população na expectativa de um “milagre da santa” foi prontamente sancionada pelo Pároco. O movimento gerado pela comunicação dos sonhos, liderado pelo próprio sonhador e pelas autoridades civis da freguesia, edificou a capela em menos de um ano; desejando legitimar o culto através da bênção da capela, o movimento procurou o Pároco e o Bispo que, alertado da situação, se recusou a autorizar a bênção, mesmo quando esta foi pedida para um, afinal, orago de Nossa Senhora da Conceição. Revoltada, a população expulsou o Pároco, ao que o Bispo ripostou com a interdição da paróquia. Iniciado, algum tempo depois, um caminho de reconciliação, a capela foi benzida e o movimento devocional eclesialmente enquadrado, o que não impediu que até hoje tenham subsistido práticas devocionais do inicial movimento de religiosidade, popular e marginal à ortodoxia e à jurisdição da Igreja Católica. No decurso dos acontecimentos, assistiu-se a uma acesa polémica nos jornais, a episódios de autêntica “guerra civil e religiosa” e a um extenso processo judicial.

Trata-se, como veremos, de uma dinâmica sócio-religiosa em que um movimento devocional define mediações religiosas ¹ próprias que pretende controlar por si mesmo, mas que concorrem com mediações religiosas propostas e controladas pela hierarquia da Igreja no entendimento da sua missão “pastoral”; este género de movimentos tende a gerar conflitos no seio da própria população e desta com as autoridades civis e eclesiásticas.

Quem hoje quiser aproximar-se ao estudo deste caso, terá de recorrer, quase exclusivamente, às fontes escritas da época: notícias publicadas na imprensa, Arquivo Paroquial de Escariz e Arquivo Episcopal do Porto. Estas fontes foram parcialmente recolhidas e compiladas por Alfredo G. Azevedo e Domingos A. Moreira em dois livros de título *Origem da Capela da Abelheira (Escariz – Arouca)* ². As considerações interpretativas feitas por Alfredo G. Azevedo e

¹ Na origem do santuário da Senhora da Abelheira cruzaram-se manifestações do universo da religiosidade popular tais como: visões e aparições; santuários e romarias; santas vivas; e “corpos incorruptos”. Os movimentos devocionais que se associam a estas manifestações, habitualmente liderados por leigos, constroem sobre elas sistemas de mediação religiosa cujo sincretismo esbarra com as propostas da ortodoxia. Quando nascidas em ambiente cristão, estas mediações rivalizam e entram em confronto com aquelas propostas pela autoridade eclesiástica, tais como os sacramentos, os sacramentais e os actos de piedade e devoção em torno dos santos oficialmente reconhecidos como tal.

² Cf. AZEVEDO, Alfredo G.; MOREIRA, Domingos A. – *Origem da capela da Abelheira (Escariz–Arouca)*. [Vol. 1]. Cucujães: Escola Tipográfica das Missões, 1976; IDEM – *Origem da Capela da Abelheira (Escariz–Arouca)*. Vol. 2. Arouca: Associação da Defesa do Património Arouquense, 2003. É com base nesta recolha de fontes que faremos o relato dos acontecimentos, conscientes do risco e das limitações provenientes da consulta indirecta das fontes.

Domingos A. Moreira nos livros referidos ³ são os únicos textos de carácter histórico, sócio-religioso ou antropológico sobre o caso da Senhora da Abelheira. Há, depois, algumas referências ao caso, mas que se limitam a narrar sinteticamente os acontecimentos e a transcrever parte das fontes ⁴.

Embora pouco acrescentemos ao que se já conhece sobre o caso, pretendemos com este texto alargar a sua memória e a sua divulgação, limitando-nos à narração dos acontecimentos, feita a partir da síntese das fontes disponíveis, acompanhando-a de algumas considerações. Constitui – quem sabe? – alicerce e estímulo para um estudo mais amplo, exaustivo e crítico.

1. Narração dos acontecimentos

Pareceu-nos oportuno e operacional propor uma abordagem cronológica ao caso, dividindo-o em três períodos, visto haver em cada um deles elementos e tendências que os distinguem, pese embora a sua continuidade ditada pela linearidade do próprio tempo em que tudo acontece. O 1º período decorre de Junho/Julho de 1924 a Junho de 1926 e é marcado pela expectativa religiosa e pelos conflitos decorrentes da comunicação dos sonhos; o 2º período decorre de Junho de 1926 a Setembro de 1931, isto é, entre o levantamento do interdito da paróquia e a bênção da capela, e é marcado pelas negociações entre as partes; o 3º período, de então à actualidade, tem as marcas da progressiva consolidação de um santuário e de uma romaria e da simétrica e progressiva substituição das mediações religiosas iniciais associada a uma reelaboração da memória das próprias origens.

³ No primeiro dos livros, os autores ficam-se por uma leitura da documentação que publicam; no segundo, são mais ousados e escrevem três capítulos (introdução; ponto de vista psicológico; e ponto de vista sociológico e etnográfico) em que ensaiam uma interpretação multidisciplinar dos acontecimentos.

⁴ Cf. *ROMARIAS I: um inventário dos santuários de Portugal*. Lisboa: Olhapim, p. 32-35; DIAS, Manuel – *Milagres e credences populares: visões, aparições, revelações*. Porto: Brasília Editora, 1985, p. 51-65.

⁵ Manuel Francisco de Oliveira (1867-1939). Filho de pai incógnito, de alcunha “Salve-Rainha”, só por si significativa, e com características físicas (cego de uma vista e seis dedos em cada mão e em cada pé) que o distinguiam. Uma etiologia local diz que, grávida sua mãe, o suposto pai foi questionado sobre a paternidade, ao que respondeu: «se for meu filho, há-de nascer assinalado». Casado, viu os seus três filhos emigrarem para o Brasil. A princípio, liderou o movimento, mas desde o verão de 1925 o seu protagonismo dissolveu-se.

1.1. O 1º período (1924-1926): a génese do culto não legitimado

Em Junho ou Julho de 1924, Manuel Francisco de Oliveira ⁵, de alcunha “Salve-Rainha”, agricultor e residente em Escariz, comunicou a alguns vizinhos ter tido sonhos em que uma “santa” (mais tarde chamada de Maria Justa) lhe aparecera dizendo estar seu cadáver sepultado no monte da Abelheira, pedindo-lhe que ali edificasse uma capela com um altar onde o seu cadáver, que entretanto ali apareceria, pudesse ser dignamente depositado e cultuado.

O primeiro registo do caso foi feito por David Heitor ⁶, num artigo datado de 7 de Julho e publicado no dia 19 no semanário *Gazeta de Arouca* ⁷. Neste artigo, afirmou que «um honrado vizinho nosso (...) teve em sonhos a seguinte revelação: que no sítio chamado a Abelheira (...) existia uma santa de carne e osso enterrada há seis séculos!, a qual lhe dissera desejar que se lhe erigisse ali uma capela e de tudo ele fizera a devida propaganda (...) e a notícia do milagre corre célebre de boca em boca e transpõe as fronteiras desta freguesia, indo mesmo além das outras. Daí começam a afluir ao local centenas de pessoas de todas as categorias, como se caminhassem para Lourdes ou Fátima...» ⁸.

No dia 13 de Julho, o Pároco, Delfim Heitor de Paiva, aproveitando a eucaristia dominical, manifestou-se à comunidade acerca do assunto que, entretanto, se espalhara e começava a agitar a povoação ⁹.

Em 9 de Agosto, a *Gazeta de Arouca* editou uma notícia de David Heitor, com o título «Milagres da Abelheira» e que começava com estas palavras: «está em construção a capela no pitoresco e escabroso sítio da Abelheira, facto que não estranhámos e de que somos até apologistas e propagandistas, visto que representa progresso para esta nobre freguesia» ¹⁰; e, continuando, «talvez milhares de pessoas já tenham vindo admirar a escabrosa montanha» ¹¹. Referiu a “pia da sarna” ¹², um dos objectos simbólicos do culto.

⁶ David de Sousa Moreira Heitor foi o mais representativo e empenhado divulgador dos acontecimentos da Abelheira nos jornais; a princípio com notícias e crónicas de tom jocoso e irónico, acabou por empenhar-se pessoalmente na defesa do movimento da Abelheira, tendo-se deslocado ao Brasil para angariar fundos para a capela. Provocou ódios através dos seus textos na imprensa, foi acusado de frequentar muitas vezes a taberna e, ao que parece por causas de jogo, esfaqueou um vizinho, António Gomes de Oliveira. Esteve preso por 24 dias, em 1927, no âmbito do processo judicial que decorreu dos acontecimentos. Na sequência de novos desacatos, emigrou “fugido” para o Brasil, vindo a falecer em Escariz em 1962. Vivem duas filhas e um filho.

⁷ A *Gazeta de Arouca*, semanário de subtítulo *Hebdomadario Republicano Democrático*, foi o espaço privilegiado de debate e difusão dos acontecimentos decorridos nestes anos. David Heitor era o correspondente do jornal na freguesia de Escariz.

⁸ AZEVEDO; MOREIRA – *Origem da capela da Abelheira*, vol. 1, p. 35.

⁹ *Ibidem*, p. 40.

¹⁰ *Ibidem*, p. 36.

¹¹ *Ibidem*.

¹² A pia foi vandalizada (rachada a meio) segundo a notícia de David Heitor. Em

A crescente adesão popular, seja por curiosidade, seja pela expectativa do testemunho de um milagre, teve ecos na imprensa além-fronteiras do município e começou a revelar tendências de mimese e apropriação em relação a outros cultos. Em 21 de Agosto, o jornal lisboeta *A Época* publicou um artigo cujo autor, não identificado, assinando na qualidade de “um católico” se manifestou em oposição ao movimento da Abelheira. O autor, estudante crítico dos casos de “corpos incorruptos” de Arcozelo, Vilar de Andorinho e Ovar, dizia ter um informador local,



Fig. 1 - Manuel Francisco de Oliveira, o sonhador. Fotografia ainda hoje conservada na sacristia da capela da Abelheira.

segundo o qual «o local da aparição do cadáver da Santa é um monte, onde [o vidente] apascenta umas ovelhas (...) [e teve] por várias vezes, um sonho onde via uma santa muito nova no meio de ovelhas»¹³. Trata-se de um artigo com muitas imprecisões e já mitificado, chegando a afirmar que no domingo anterior haviam estado na Abelheira mais de vinte mil pessoas. Três dias depois, o jornal *Regional*, editado em S. João da Madeira, publicou um texto de Q. Silva, o qual, usando de ironia, afirmou que o sonhador «entendeu por bem que a sua freguesia era tão digna de aparições como Fátima e de possuir uma santa como Arcozelo»¹⁴. Reproduziu a referência à informação de serem milhares os devotos que se deslocavam ao local e referiu serem já avultadas as ofertas entregues ao vidente para a construção da capela.

Até ao momento, falara-se da “santa”, da forma como se manifestara em sonhos e dos pedidos e promessas que deixara, mas do seu nome não constara notícia; a primeira referência documental ao nome da “santa Maria Justa” pertence a uma notícia publicada na *Gazeta de*

relatório ao Bispo [cf. Arquivo Episcopal do Porto, Processo do Pe. Delfim Heitor de Paiva (DP/CUR-SGC-CE/007-03/0356), carta de 16 de Junho de 1925, p. 1], o Pároco referiu que a suposta santa Maria Justa era anunciada como «advogada de males de pele», e qualificou a pia como “pia da sarna”.

¹³ AZEVEDO; MOREIRA – *Origem da capela da Abelheira*, vol. 1, p. 37. O autor do artigo, referindo-se à actuação do Pároco no dia 13 de Junho, provocou uma resposta da parte deste, publicada no mesmo jornal, em 31 de Agosto, e uma contra-resposta publicada na *Gazeta de Arouca*, em 13 de Setembro.

¹⁴ *Ibidem*, p. 38.

Arouca de 30 de Agosto ¹⁵. O autor do artigo referiu-se ao episódio da expectativa gorada do testemunho de um milagre.

Em 6 de Setembro, David Heitor publicou na *Gazeta de Arouca* ¹⁶, usando de forte ironia, que centenas de pessoas ali acorriam, passando noites em claro, cantando, dançando e rezando nas ocasiões em que se anunciara a proximidade de um milagre. Referiu, também ele, o episódio da expectativa gorada do testemunho de um milagre.

Terminado o Verão, a queda das folhas das árvores, o pousio dos campos e a diminuição do período diurno dos dias pareceram reflectir-se no movimento gerado em torno do monte da Abelheira. A adesão popular esmoreceu. Consequentemente, as referências na imprensa tornaram-se raras e insignificantes. Aqueles que, ainda em inícios de Setembro passavam noites em claro, cantando e dançando, recolheram-se a suas casas, como que hibernando. Compreender-se-á num tempo e num local privado de luz eléctrica, quando e onde as pessoas regulavam a sua vida pelo ritmo dos ciclos da natureza.

Em 7 de Fevereiro de 1925, o *Correio da Feira* publicou um artigo de título «os milagres da Abelheira» e autoria de um habitante de Pigeiros, localidade situada no vizinho concelho da Feira. O artigo faz uma síntese dos acontecimentos, criticando a «irrisória vanglória de se julgarem possuidores dum corpo santo – a santa da Abelheira» ¹⁷. Referiu, também ele, o episódio da expectativa gorada do testemunho de um milagre e a pedra de granito que ficou conhecida como o “calhau das luzes”, um dos locais simbólicos do culto, com valor hierófono, pois era na fresta existente na sua base que alguns diziam ver “luzes” ¹⁸. O artigo termina afirmando que «hoje, volvidos já mais de seis meses, em nada se fala, tudo se esqueceu» ¹⁹.

Mas com a Primavera, o movimento reemergiu. Logo em 13 de Abril, David Heitor escreveu uma notícia, publicada na *Gazeta de Arouca*, anunciando estar concluída a capela ²⁰ da “santinha” da Abelheira e prevista a inauguração para Junho rodeada de festejos cujo programa seria divulgado. A capela fora construída à revelia da autoridade eclesiástica e sem qualquer pedido de licença eclesiástica ²¹.

¹⁵ Cf. *Ibidem*, p. 39.

¹⁶ Cf. *Ibidem*, p. 41.

¹⁷ *Ibidem*, p. 43.

¹⁸ *Ibidem*, p. 44. O “calhau das luzes” continua, ainda hoje, a ser frequentado conforme adiante se descreve. Na altura, o Pároco explicou, num relatório que enviou ao Bispo, as aparentes “luzes” surgidas por debaixo da pedra como sendo um reflexo do sol nas micras da rocha.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ A capela, construída em granito, era bastante pequena. Pelo ano de 1971 o templo foi ampliado, tendo o edifício original permanecido de pé, reconvertido em capela-mor do novo templo.

²¹ Cf. AZEVEDO; MOREIRA – *Origem da capela da Abelheira*, vol. 1, p. 47.

Em 15 de Junho, numa outra notícia, David Heitor reforçou o anúncio de que no presente ano haveriam «importantes festas à “santinha da Abelheira” em cuja linda capela se pode admirar a sua imagem»²². Tratava-se de uma imagem da Senhora da Conceição, sob cuja invocação a partir de Agosto desse ano se passaria a pedir a bênção da capela.

Em 16 de Junho, o Pároco escreveu ao Bispo, D. António Barbosa Leão, um relatório²³ de 8 páginas, afirmando fazê-lo por ordem do vigário da vara, o Pároco da vizinha paróquia de Pigeiros. O relatório expressa, em tom confessional, o ponto de vista de uma das pessoas envolvidas na trama, cuja autoridade e responsabilidade pessoal e oficial por garantir a ortodoxia das manifestações religiosas na paróquia haviam sido questionadas. A sua leitura permite-nos aferir o grau de preocupação e desânimo do Pároco. Relatou ele que o sonhador, fazendo-se acompanhar pelos vizinhos, tratou de desbravar o local e

«meteu-se por baixo de várias pedras e no fim exclamou “é aqui: vêm a sair pela terra fora umas luzinhas! Pois é aqui mesmo.” As luzes eram fragmentos de pedras com micas que ali abunda e que espelhava e lucilava quando sobre ela incidia uma restea de sol.

Ao grito de, milagre, milagre, o povo começou a acorrer ao local, a meter-se por baixo da pedra-santa, a apanhar manchinhas de terra e a cheirá-la...»²⁴.

E, continuando, «o povo começa a abandonar-me a igreja. As creanças abandonam-me quasi completamente a catequese. Pessoas que frequentam os sacramentos, aos domingos de tarde vão para a Abelheira. Filhas de Maria para lá caminham!... (...) alguns instam comigo para que me cale, porque dá *comércio*»²⁵. Os fólhos 3v e 4 do relatório centram-se no tema do “dinheiro”. Neles afirma o Pároco que: o vidente o procurara em 26 de Abril pedindo a bênção da capela, justificando a necessidade de reembolsar 4 600\$00 que investira na construção; as esmolas eram poucas, mesmo que houvesse sido comprada uma imagem, não benzida, e que era levada aos domingos para o local com o fim de captar esmolas; os responsáveis pelo movimento não auferiam tanto quanto desejavam; e declaravam que nenhum do dinheiro que recebessem seria entregue à Igreja. O relatório termina informando o Bispo de que os líderes do movimento «são indivíduos que se não desobrigam, e pouco caso fazem da Igreja e suas leis»²⁶.

²² *Ibidem*.

²³ Arquivo Episcopal do Porto, Processo do Pe. Delfim Heitor de Paiva (DP/CUR-SGC-CE/007-03/0356).

²⁴ *Ibidem*, fl. 1v.

²⁵ *Ibidem*, fl. 2-2v.

²⁶ *Ibidem*, fl. 4v.

Construída a capela, comprada a imagem e anunciada a festa, o ano de 1925 assistiu à transferência para estas mediações materiais e rituais de todo o aparato de promessa e expectativa sobrenatural de um milagre a que se assistira em 1924. O processo de metamorfose não parece ter sido polémico e a ausência do milagre não parece ter provocado o descrédito do sonhador. Ainda assim, existe memória de um episódio que se terá passado no Verão de 1925 e expressa a expectativa que ainda sobrevivia. Segundo Manuel Soares de Pinho ²⁷, uma “bruxa” da vizinha localidade de Macieira de Cambra apareceu no monte num dos domingos em que por ali se juntavam grupos de pessoas, dizendo que ia operar o milagre do desenterramento do “corpo incorrupto” da “santa”. A bruxa, executando um ritual, terá evocado o nome de muitos santos, incluindo o de “santa” Maria Justa e o da “santa” de Arcozelo, Maria Adelaide.

A bênção da capela (que, uma vez construída, e depois de legitimada, seria um sinal visível e da autenticidade do movimento) tornou-se a grande questão do verão de 1925, e o *leitmotiv* para os conflitos entre os líderes do movimento, por um lado, e o Pároco e alguns paroquianos, por outro.

Se já em Abril o Pároco recusara a bênção da capela a Francisco Manuel de Oliveira, nem por isso o movimento esmoreceu nos seus objectivos. Embora o nome da “santa” sempre tivesse sido uma questão secundária, pois o título de “santinha da Abelheira” era o seu identificador principal, supõe-se que, num primeiro momento, os líderes do movimento tenham julgado possível obter a bênção da capela sob o orago de “santa Maria Justa”. Embora desde Abril se viesse a falar da imagem comprada, é possível que ainda algum tempo depois da redacção do relatório pelo Pároco, feita em 16 de Junho, o grupo de homens que se deslocaram a casa deste, pedindo-lhe a bênção da capela, o tenham feito sob o título de “capela de Santa Maria Justa” ²⁸. Mas, entretanto, terão compreendido que as autoridades eclesiásticas jamais abençoariam uma capela sob o orago de uma “santa” desconhecida. Tal justifica a estratégia de reclamação da bênção sob a invocação da Senhora da Conceição, documentada a partir de Agosto.

Data precisamente de 1 de Agosto de 1925 uma carta ²⁹, assinada por Francisco Xavier de Sousa, da vizinha localidade de Fajões, e endereçada ao Pe. Domingos Ferreira da Silva Pinho ³⁰, procurador do proprietário do local onde fora construída

²⁷ Cf. AZEVEDO; MOREIRA – *Origem da capela da Abelheira*, vol. 1, p. 45-46.

²⁸ Cf. *Ibidem*, p. 65-69. Esta informação é dada por um pasquim posto a circular depois da interdição da paróquia e no qual o movimento da Abelheira narrou a sua versão dos conflitos. A deslocação desta embaixada a casa do Pároco, se fosse anterior ao relatório, por certo seria nele mencionada.

²⁹ Cf. *Ibidem*, p. 48-50. A carta é referida como pertença ao arquivo particular de Alfredo G. Azevedo.

³⁰ Por lapso, o signatário chama-o de Domingos Pereira de Pinho e Silva. Segundo carta do Pe. Delfim Heitor de Paiva ao Bispo, datada de 6 de Outubro de 1924, este Pe. Domingos havia sido “prior” de Palmaz e colaborava na altura numa das capelas da paróquia.

a capela. A carta agradece a autorização para construir uma «Capela Com Altar para No Altar e oratorio Se Culucar a Em-a gem da Noça Senhora da Conceição mai de Jesus Crito e do Omes Emportugal...»³¹. Trata-se da primeira referência documental à Senhora da Conceição associada ao culto da Abelheira. Apesar da péssima ortografia, que denuncia o autor como alguém habituado a escrever como falava, o discurso da carta é muito consistente, inteligente e rico em argumentos teológicos e políticos. Pede a intercessão do “prior” junto dos colegas, do Afonso Costa, do Patriarca e do Papa, para que a capela seja benzida.

Entretanto, fora posto a circular um prospecto anunciando «grandiosos e imponentes festejos à milagrosa santinha da Abelheira»³². A divulgação teve ecos em jornais como *A Ordem*. Os autores do prospecto assinaram como «a comissão». Esta “comissão”, que num documento se auto-denominou de «comissão de principais da freguesia de Escariz»³³ representava um movimento organizado que chamava a si a responsabilidade da gestão do santuário nascente, e o próprio protagonismo que a princípio tivera Manuel Francisco de Oliveira.

Em meados de Agosto de 1925, a Comissão da capela, acompanhada do Pároco, deslocou-se ao Paço Episcopal para pedir a bênção da capela e da imagem da Senhora da Conceição; porém foram surpreendidos. O Bispo estava informado e negou o pedido³⁴. Como reacção, foi feito um requerimento ao Bispo, com abaixo-assinado de algumas dezenas de paroquianos, pedindo a destituição do Pároco até que o Bispo se decidisse a benzer a capela. Nele acusaram o Pároco de ter faltado à verdade e ser o intencionado causador da recusa do Bispo em autorizar a bênção da capela e da imagem³⁵. Apesar disso, foi por intermédio do Pároco que remeteram o documento ao Bispo.

A data da festa, 29 a 31 de Agosto, chegou sem que a Comissão lograsse a autorização para a bênção da imagem e da capela, pelo que não puderam realizar-se quaisquer expressões religiosas “oficiais” associadas aos festejos. Tratou-se de uma romaria profana ou, se preferirmos, civil, embora feita, logo a começar pelo nome, em torno de mediações religiosas³⁶. As notícias de imprensa sobre a festa,

³¹ Cf. *Ibidem*, p. 48.

³² Trata-se de um programa em 3 dias (29 a 31 de Agosto de 1925) subscrito por «A Comissão». Um exemplar do prospecto pode ser consultado em: Arquivo Episcopal do Porto, Processo do Pe. Delfim Heitor de Paiva (DP/CUR-SGC-CE/007-03/0356).

³³ AZEVEDO; MOREIRA – *Origem da capela da Abelheira*, vol. 1, p. 67.

³⁴ Cf. *Ibidem*, p. 53-54, 67.

³⁵ Cf. *Ibidem*, p. 58-59, 67.

³⁶ Esta situação não é inédita. Por exemplo, Pierre Sanchis, na obra *Festa, arraial de um povo: as romarias portuguesas*. Lisboa: D. Quixote, 1983, p. 188-189, apresenta o caso da devoção a S. Bento da Porta Aberta no período do liberalismo, em que a Igreja Católica estava condicionada por intromissões do campo político. Na época gastaram-se grandes quantias em festividades quase exclusivamente profanas, sendo que ainda assim, e

redigidas por David Heitor e por um correspondente d'*A Voz do Pastor*, expressam e tipificam a recepção de um acontecimento destes, em aberta transgressão das normas eclesíásticas e anunciam o crescente confronto entre as partes. David Heitor, cada vez mais empenhado na “missão” de arauto do movimento da Abelheira, noticiou na *Gazeta de Arouca* o sucesso da festa, atribuindo-o a milagres da “nossa santa”, e acusando ter sido «distribuída uma circular pelos párocos das freguesias vizinhas para prevenirem os “bons católicos” que não fossem à festa da Abelheira sob pena de excumunhão!!»³⁷. O correspondente d'*A Voz do Pastor*, por sua vez, reconheceu terem-se ali juntado «milhares de pessoas para festejarem uma Santinha incógnita»³⁸. E, continuando, «isto é paganismo, autêntico paganismo. Quantas pessoas faltaram ao preceito da missa! Quantos arruinam o corpo e a alma nestas noitadas de folia e loucura!»³⁹.

Entretanto, chegado o dia 4 de Outubro, um domingo, e como não haviam obtido do Bispo resposta ao requerimento que haviam feito em Agosto, um grupo de populares, encabeçado pelo regedor e pelo presidente da Junta, cercaram o Pároco, Pe. Delfim, na sacristia, obrigaram-no a sair, exigiram-lhe a chave da igreja e ordenaram-lhe que se fosse embora da freguesia⁴⁰.

Dois dias depois, o Pe. Delfim escreveu, a partir da vizinha paróquia de Pigeiros, onde paroquiava o vigário da vara, uma carta ao Bispo relatando os acontecimentos, denunciando a liderança do regedor e do presidente da Junta neste processo e manifestando esperança de que

talvez por isso, os peregrinos aumentaram e as receitas também. Uma explicação possível para o sucesso das devoções não controladas pelo clero é que, deste modo, os devotos verificavam que as suas ofertas não se destinavam ao Pároco, mas à glória do santo.

³⁷ AZEVEDO; MOREIRA – *Origem da capela da Abelheira*, vol. 1, p. 24. Nesta notícia, datada de 1 de Setembro, o autor relatou o que se passara no arraial: restaurantes improvisados, negociantes, forasteiros, visitas permanentes à capela e ofertas em valor superior a 9 000\$00 em dinheiro, para além de outros valores. No dia 9, o mesmo David Heitor afirmou que a capela não fora benzida pelos padres, mas que tudo o que existia fora benzido pelo autor da Natureza. Citou, a propósito, um poema anti-episcopal de Junqueiro, muito oportuno no caso. «Tenho uma crença firme e robusta / num Deus / mas também acredito, embora isso vos pese, / e me julgueis talvez o maior dos ateus, / que no universo inteiro há uma só diocese, / e uma só Catedral com um só bispo – Deus», *ibidem*, p. 56.

³⁸ *Ibidem*, p. 55.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ Cf. *Ibidem*, p. 67; *A Voz do Pastor*. (17-10-1925), p. 4. O episódio da expulsão do Pároco foi noticiado, não só a nível local, como nacional: o jornal *A Ordem* publicou o interdito e o jornal *Novidades* publicou na primeira página da edição de 9 de Outubro uma notícia sobre os desacatos, não referindo a “santa”, apenas a «capela chamada da Abelheira», cf. AZEVEDO; MOREIRA – *Origem da capela da Abelheira*, vol. 1, p. 57-58.

«o castigo seja tal que a freguesia acorde e se convença de que quem manda ainda é o Bispo do Porto, tendo o Pároco de Escariz de cumprir fielmente as ordens do seu Ex.^{mo} Prelado.

Entendo que deve ser lançado o interdicto à igreja paroquial e capelas de Escariz, especialmente à de nabaes, onde colabora o ex-prior de Palmaz, Pe. Domingos Ferreira da Silva Pinho. A freguesia deve ser desmembrada para efeitos de assistência religiosa segundo o mapa junto»⁴¹.

A medida, proposta pelo Pároco, parece ter sido fielmente aceite por D. António Barbosa Leão que, em 12 de Outubro, emitiu uma Provisão, “Interdito e desmembramento da freguesia de Escariz”. Evocando a origem e o historial dos acontecimentos que conduziram à expulsão do pároco de Escariz, e sem referir a Nossa Senhora da Conceição (pela qual no Verão, e perante as autoridades eclesiásticas, o movimento havia “substituído” a “santa”), declarou que à luz do direito canónico não haviam condições para ter benzido a capela: a sua construção fora feita sem pedido e concessão de licença; a “santa” não existia; e, por isso, tratava-se «apenas duma superstição e duma exploração para atrair esmolas»⁴². O interdito, prossequindo, acusou o envolvimento do regedor e do presidente da Junta, «quem deu às Juntas de paróquia ou aos regedores o direito de fechar Igrejas?»⁴³ e remeteu para as penas previstas no código de direito canónico e na lei da separação. Por fim, materializou a pena atribuída à paróquia: interdição dos lugares de culto da paróquia; desmembramento da mesma em termos de cuidados pastorais em 5 zonas, ficando os párocos circunvizinhos responsáveis por cada uma delas; e retirada do Santíssimo Sacramento de todos os lugares de culto da paróquia em que se encontrasse.

O processo de punição não se ficou pelo foro canónico, pois na sequência dos acontecimentos que se vinham desenrolando, o Ministério Público, entre 1925 e 1926, apresentou ao Tribunal de Arouca um extenso processo-crime com sentença proferida a 15 de Março de 1930⁴⁴.

⁴¹ Cf. Arquivo Episcopal do Porto, Processo do Pe. Delfim Heitor de Paiva (DP/CUR-SGC-CE/007-03/0356), (carta de 6 de Outubro de 1925, fl. 2-2v). A carta está acrescentada de um despacho do vigário da vara, assinado na mesma data e local, atestando a veracidade dos relatos e reforçando as sugestões do Pe. Delfim. O mapa referido não se encontra no processo do arquivo. Depreende-se que terá sido usado pelo Bispo para a redacção do interdito.

⁴² *A Voz do Pastor*. (17-10-1925), p. 4.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ AZEVEDO; MOREIRA – *Origem da capela da Abelheira*, vol. 1, p. 23. O processo durou até 1930 e integrou diversos casos relacionados com os acontecimentos da Abelheira e as reacções das partes. Segundo uma notícia publicada no semanário *Defesa de Arouca*, aí por Fevereiro ou início de Março de 1926, o Administrador do Concelho de

Estas sanções e processos surpreenderam o movimento da Abelheira e desencadearam um período de divisão e conflitos entre a população, o qual durou até meados de 1926, e cujos episódios mais expressivos foram os funerais civis “forçados”.

De facto, uma das formas que as autoridades civis da freguesia, respaldadas por grande parte da população, encontraram para expressar o seu protesto, foram os funerais civis “forçados”, isto é, impedindo que os párocos vizinhos pudessem entrar no território da paróquia para presidir ao funeral religioso dos defuntos e forçando o seu enterro civil, sem qualquer oração ou mediação sacramental e eclesiástica.

Das referências que se conhecem, são dignas de registo as circunstâncias dos seguintes funerais decorridos neste período:

1. Aquele que ficou conhecido como o “funeral dos Lameiros”, realizado em 2 de Novembro de 1925, precisamente o dia de fiéis defuntos. Tratou-se do enterro civil forçado de uma católica que tinha deixado, por escritura pública, expressa vontade de enterro católico. Em 10 de Novembro, o jornal *Novidades* publicou na 1ª página uma carta (possivelmente do notário) descrevendo o episódio e pedindo ao ministro do interior que demitisse o regedor ⁴⁵;
2. Aquele que ficou conhecido como “o funeral de uma criança”. Os familiares, temendo o enterro civil forçado, levaram o cadáver, durante a noite, para a vizinha paróquia de Fermedo, onde a sepultaram com funeral religioso ⁴⁶, o que terá desagradado aos promotores dos funerais civis forçados;
3. O funeral de uma cunhada de Manuel Francisco de Paiva, em Janeiro de 1926, também civil, mas com aceitação por parte da família, que não se atrevera a contrariar aqueles que forçavam os funerais civis ⁴⁷.

Em Novembro de 1925, foi posto em circulação em Escariz e nas redondezas um pasquim publicitário que constitui, a seu modo, uma resposta pública à Provisão do Bispo. Nele, os resistentes ao movimento da Abelheira foram criticados e o Bispo foi afrontado e avisado de que «a freguesia se conservará no estado civil, até que sua Eminência se convença de que a razão está da nossa parte» ⁴⁸. O pasquim descreve, com parcialidade, os então recentes tumultos e protesta contra o *Novidades*, a respeito de um artigo publicado, e contra quem o escreveu, que, indirectamente, sugere ser o notário.

Arouca proibiu actos de culto externo em Escariz, tais como procissões, festas religiosas, e funerais religiosos. A proibição durou até meados de 1926. Cf. AZEVEDO; MOREIRA – *Origem da capela da Abelheira*, vol. 1, p. 27.

⁴⁵ Cf. AZEVEDO; MOREIRA – *Origem da capela da Abelheira*, vol. 1, p. 63-64.

⁴⁶ Cf. *Ibidem*, p. 68-71.

⁴⁷ Cf. *Ibidem*, p. 71.

⁴⁸ Cf. *Ibidem*, p. 68.

1.2. O 2º período (1926-1931): a legitimação do culto

O braço-de-ferro entre autoridade eclesiástica e população durou até meados de 1926. Em 5 de Junho desse ano, e quase oito meses depois de lançado o interdito à paróquia de Escariz, o Bispo levantou o referido interdito. A esta decisão não terão sido alheias, quer a nova situação política do país surgida após 28 de Maio, quer a vontade do próprio Bispo de regularizar a situação da paróquia. Pese embora isso, o motivo evocado para o levantamento do interdito foi terem «os habitantes da freguesia de Escariz dado provas de arrependimento e pedido instantemente que lhes seja dado pároco próprio»⁴⁹. A contar pelas notícias publicadas por um novo periódico local, a *Defesa de Arouca*, entre Fevereiro e Março circulou um abaixo-assinado pedindo o regresso de um padre, tendo-se deslocado uma comissão de locais ao Paço para o mesmo efeito⁵⁰. É compreensível que, do ponto de vista dos membros daquela comunidade, a situação de “excomunhão comunitária” expressa pela privação do Santíssimo Sacramento (presença real de Deus) e do Pároco (mediador e administrador da relação com Deus) mexesse em categorias como as do sentido da vida e da construção da salvação, para além da própria auto-estima perante as comunidades vizinhas. E daí até à manifestação de arrependimento e ao pedido de restabelecimento da antiga ordem e da antiga paz é curto o caminho. Com o levantamento do interdito, iniciou-se um período de aproximação entre as partes e de procura de uma solução que anulasse as divisões que se haviam criado entre vizinhos.

Em meados de Julho, o novo Pároco, Pe. Franklim José de Sousa, tomou posse⁵¹.

De 28 a 30 de Agosto, realizou-se a segunda festa da Abelheira. Uma vez mais, sem expressões religiosas oficiais, segundo a notícia publicada, sem autor identificado, na *Gazeta de Arouca*⁵². Tal como no ano anterior, a festa realizou-se no último fim-de-semana de Agosto, e assim se manteve desde então. Mesmo neste período prévio à bênção da capela, ocorrida em 1931, a festa continuou a fazer-se, sempre sem expressões religiosas oficiais associadas. A festa ia-se fazendo e consolidando ao jeito de uma romaria profana.

Durante este período, e com a acção do novo Pároco, a vida da comunidade estabilizou e desapareceram as expressões de confronto com a autoridade eclesiástica no sentido de forçá-la a legitimar o santuário e a romaria. Eram tempos de negociações em que continuavam a existir pontos de discórdia, como abaixo se

⁴⁹ *A Voz do Pastor*. (12-06-1926), p. 3.

⁵⁰ Cf. AZEVEDO; MOREIRA – *Origem da capela da Abelheira*, vol. 1, p. 26.

⁵¹ Cf. *Ibidem*, p. 27.

⁵² Cf. *Ibidem*, vol. 2, p. 31-32. O autor terá sido David Heitor, a contar pela posição defensora da festa e denunciadora dos seus detractores. A não identificação poderá ter-se devido ao processo judicial em curso, no qual foi réu e condenado a cumprir pena de prisão.

refere. Os conflitos e a esgrima de opiniões na imprensa continuaram, mas já não envolviam nem representavam a comunidade. Tornaram-se apenas manifestações e confrontos de opiniões pessoais às quais a imprensa é propícia, dada a sua natureza periódica e geradora de polémicas em forma de “ataque-defesa-ataque”.

O mais activo dos cronistas da imprensa local versando sobre a Abelheira, David Heitor, foi condenado a uma pena de 24 dias de prisão, cumpridos por Março de 1927, e multas em dinheiro. A sentença baseou-se no artº 11 da Lei da Separação⁵³. À sua condenação não terão sido alheias as acusações que fez nos artigos de imprensa que foi escrevendo. Ainda assim, não se coíbiu de escrever um texto a partir da prisão, datado de 16 de Março e que mandou publicar na *Gazeta de Arouca*. Usou expressões como «grande Homem Deus», «grande Legislador da Humanidade», «grande regenerador», «vemos os próprios ministros dessa religião Bendita macular os seus Dogmas sagrados, em perseguições injustas sem temer o castigo tremendo com que o Bom Deus fulminará os autores de tão nefasto crime», «defendi com denodo na imprensa a sagração da capelinha da Abelheira e respectiva imagem, tão útil à religião e aos interesses da freguezia»⁵⁴. E, uma vez cumprida a pena, continuou a sua saga na imprensa.

De 26 a 28 de Agosto de 1927, realizou-se a terceira festa da Abelheira, com as características da anterior⁵⁵.

A partir de 1928, encontram-se registos de diligências com vista à bênção da capela e à definição do modo de gestão do santuário, que começaria pela aquisição da própria capela e dos terrenos envolventes por parte da Igreja Católica. No Verão desse ano foi feita uma reunião de representantes da paróquia com o Bispo. Contudo, quando transmitiram aos outros membros da comissão que o Bispo exigia a destruição do “calhau das luzes” e que a capela passasse para Comissão Fabriqueira da Paróquia, responderam que não queriam a bênção se não continuassem eles a mandar e a cobrar as esmolas⁵⁶. Provavelmente, uma das motivações que levaram à reunião com o Bispo seria a de alcançar a bênção para a data da festa daquele ano. Tal não ocorreu, e de 25 a 27 de Agosto de 1928, realizou-se a quarta festa da Abelheira, com as características da anterior; do programa das festas, anunciado na imprensa, não consta a mínima expressão religiosa⁵⁷.

Em 5 de Dezembro, foi escrito um longo artigo, publicado no periódico local *A Gazeta*. O autor, referindo-se ao «Santuário da Abelheira», fez uso de linguagem

⁵³ Cf. *Ibidem*, vol. 1, p. 26. O artigo 11º da Lei da Separação da Igreja do Estado, de 20 de Abril de 1911, refere que «aquele que, por actos de violência, perturbar ou tentar impedir o exercício legítimo do culto de qualquer religião, será condenado na pena de prisão correccional até um ano, e na multa, conforme a sua renda, de três meses a dois anos».

⁵⁴ *Ibidem*, vol. 2, p. 33-34.

⁵⁵ Cf. *ibidem*, vol. 2, p. 37-38.

⁵⁶ Cf. *ibidem*, vol. 1, p. 29.

⁵⁷ Cf. *ibidem*, vol. 2, p. 40.

e conceitos específicos da Teologia e do Iluminismo, e suplicou insistentemente ao Pároco a bênção do «Santuário da Virgem Imaculada Conceição» cuja celebração litúrgica se fazia no dia 8 desse mês, como recordou. Assinou «o fundador da Natureza»⁵⁸. É presumível que o autor seja David Heitor que, desde que em Maio de 1928, esfaqueara António Gomes de Oliveira, deixara de assinar como tal.

Aí por Junho ou Julho de 1929, o Pároco promoveu uma reunião entre as partes desavindas para dialogarem sobre as condições da bênção da capela e da sua integração na administração da paróquia. Estavam presentes Manuel António de Pinho (regedor na altura dos desacatos) e Domingos Moreira (desde o início, opositor ao movimento da Abelheira), que se desentenderam⁵⁹.

Em 12 de Agosto, Manuel Francisco de Oliveira, o sonhador, em entrevista à *Gazeta de Arouca*, reconheceu que o Pároco estava empenhado em benzer a capela, estabelecendo um acordo entre os responsáveis pela capela e os ditos “católicos”. Nas suas palavras, os próprios responsáveis pela festa e pela capela continuavam interessados na dita bênção, mas não a aceitariam «emquanto nos não prometerem que continuam a fazer a festa como nós queremos, e além disso enquanto não tivermos os nossos interesses garantidos»⁶⁰, porque, se não, os únicos que lucrariam seriam os padres. Estavam em causa, tanto o controlo sobre os movimentos financeiros em torno do santuário e da romaria, quanto a autonomia e a liberdade daqueles que desde o início controlaram o programa das festas e do culto da Abelheira.

De 24 a 26 de Agosto de 1929, celebrou-se a quinta festa da Abelheira. Mais uma vez, não se registaram expressões religiosas oficiais⁶¹.

Relativamente ao ano de 1930, não se encontram referências à festa na documentação recolhida por Alfredo Azevedo e Domingos Moreira. Mas uma referência ao envolvimento do Administrador do Concelho e da Guarda Nacional Republicana no arraial da Abelheira no dia 24 de Agosto desse ano denuncia que nesse dia ali se juntou um número significativo de pessoas⁶².

Poucos dias depois, em 28 de Agosto de 1930, o novo bispo do Porto, D. António Augusto de Castro Meireles, autorizou a bênção da «Capela de Nossa Senhora da Conceição da Abelheira»⁶³, incluindo, na Provisão em que o fez, a seguinte cláusula: «o exercício dos actos do culto só será permitido na referida Capela se no terreno contíguo, ou nas circumvizinhanças, nada houver que recorde quaisquer pretendidas aparições, nem delas se faça propaganda manifesta ou disfarçada»⁶⁴.

⁵⁸ Cf. *ibidem*, p. 45-48.

⁵⁹ Cf. *ibidem*, p. 54; *ibidem*, vol. 1, p. 29.

⁶⁰ *Ibidem*, vol. 2, p. 52.

⁶¹ *Ibidem*, vol. 2, p. 56-58.

⁶² Cf. *ibidem*, vol. 1, p. 31.

⁶³ *Ibidem*, p. 78.

⁶⁴ *Ibidem*.

Todavia, a bênção só se celebrou no ano seguinte. Ainda antes disso, em 21 de Julho de 1931, Domingos Ferreira da Silva Pinho, na qualidade de procurador dos proprietários, ausentes no estrangeiro, vendeu à Comissão Fabriqueira de Escariz por sessenta escudos, o terreno onde fora erigida capela; o acto teve por testemunhas Manuel Francisco de Oliveira e Alberto Ferreira de Carvalho ⁶⁵.

Em finais de Agosto ou inícios de Setembro de 1931, foi benzida a capela e celebrada a primeira festa religiosa da Abelheira. No dia da festa houve procissão saída da Igreja matriz e sermão ao ar livre ⁶⁶.

1.3. O 3º período (1931-): da bênção da capela à actualidade

No período posterior à bênção da capela, o movimento devocional em torno do santuário consolidou-se como um culto mariano, com as suas celebrações próprias (cujo expoente é a festa anual, celebrada no último fim-de-semana de Agosto) e com sucessivas intervenções sobre a capela e o espaço circundante (com novas construções, melhoramentos, e símbolos religiosos) como causa e consequência da própria consolidação. Deste período merecem destaque alguns episódios e práticas, os quais revelam, quer processos de substituição das mediações religiosas que estiveram na origem do movimento, quer processos de sobrevivência disfarçada de algumas dessas mediações.

Trata-se de um período em que só ocasionalmente surgiram expressões de tensão entre a população e as autoridades eclesiásticas. Uma delas ocorreu após a publicação, em 25 de Março de 1943, de uma Pastoral sobre festas por parte do Bispo do Porto, D. Agostinho de Jesus e Sousa. Neste documento, o prelado impôs contenção nas expressões profanas associadas a festas e romarias, proibiu as festas de arraial nocturno, aconselhou os párocos a que procurassem evitar que as bandas de música fossem chamadas para as festas e anunciou sanções para os transgressores. Ora, nesse ano, a banda musical da vizinha povoação de Carregosa terá «tomado parte num arraial nocturno, no lugar da Abelheira, freguesia de Escariz» ⁶⁷, o que justificou a interdição da banda e do santuário por parte do Bispo. Quanto ao santuário, foi necessário que o Pároco solicitasse ao Bispo, «em nome do povo desta freguesia e da Comissão do Culto» ⁶⁸, que se pudessem voltar a realizar aí celebrações religiosas.

Pelos anos 40, o arraial que até então se fizera num lugar afastado, no sopé do monte, a uns 200 metros da capela, passou a fazer-se no cume, junto à capela.

Por volta de 1960, e por ocasião de uma festa religiosa celebrada na capela da Abelheira, ocorreu um episódio cuja memória, por certo mitificada, os locais

⁶⁵ *Ibidem*, p. 76-77.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 30. Não é referida a data exacta em que ocorreu a festa, mas é de supor ter sido nos dias 29 a 31 de Agosto.

⁶⁷ Interdito publicado na *Voz do Pastor*, de 4 de Setembro de 1943, no rescaldo da festa da Abelheira. *Ibidem*, p. 31-32.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 31.

mantêm viva e nos foi “contado” em 2006. É um episódio anedótico, mas os moldes em que ficou canonizado dizem muito numa perspectiva sociológica ou de história das mentalidades. Assim, o Pároco (Delfim Augusto Guedes), diz-se, não era devoto da capela e referia-se a ela como “lá em cima no monte”; mas nesse dia, quando na celebração da eucaristia se estava a “botar a santos”, um foguete caiu sobre a capela, furou o telhado e feriu o Pároco na cabeça, começando ele a sangrar à frente de toda a gente. Depois desse dia, não terá voltado a maldizer a capela.

Em 21 de Agosto de 1963, o Administrador Apostólico do Porto, D. Florentino de Andrade e Silva, autorizou que se realizasse na capela da Abelheira a «festa de Nossa Senhora de Fátima e Procissão de velas, na véspera, sem foguetes, manifestações mundanas ou folclóricas»⁶⁹. Desde 1963, a romaria da Abelheira incorporou e associou ao culto de Nossa Senhora da Conceição o de Nossa Senhora de Fátima. Esta associação está expressa no nome da festa, no andor da Senhora de Fátima e na procissão das velas⁷⁰.

Em 1971, a capela foi ampliada, transformando-se o templo original em capela-mor, e o espaço foi electrificado.



Fig. 2 - A capela da Abelheira e o espaço de arraial na actualidade. O corpo central do templo corresponde à capela original, de 1925.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 32.

⁷⁰ A procissão das velas “à maneira de Fátima”, de acordo com a observação de Pierre Sanchis, foi disseminada em Portugal pelo clero, acrescentando à procissão da festa, mas agora como procissão nocturna com o duplo objectivo de ser uma “peregrinação de devoção” e de anular boa parte do arraial nocturno. Cf. SANCHIS – *Festa, arraial de um povo*, p. 136.

Em termos de vivência religiosa, subsistem, ainda hoje – convivendo harmoniosamente com as expressões eclesiologicamente legítimas e oficiais –, vários elementos que sinalizam o culto inicial, alguns dos quais evidentes. Um deles é a fotografia de Manuel Francisco de Oliveira, o sonhador, de corpo inteiro, sentado, sem esconder a deformação nas mãos; a fotografia, encontra-se, emoldurada e exposta na sacristia, por detrás do altar, exactamente na parede interna do templo que separa o altar-mor da sacristia.

Um outro sinal é o chamado “penedo das aparições”⁷¹, localizado por detrás da capela, e que é uma pedra de granito sob a qual se abre uma fenda. Nessa fenda conservam-se pequenas imagens, velas e flores. Sobre o penedo foi colocada uma cruz de granito; trata-se da cruz que existia sobre a capela original, antes da ampliação de 1971.

O conjunto destes sinais assegura a memória dos habitantes, entre os quais (sobretudo aqueles com maior idade) subsiste a convicção da autenticidade do conteúdo dos sonhos e a consequente veneração de “santa Maria Justa” no local, embora esta seja uma realidade que não é nosso objectivo registar, apenas apontar, pois é do campos da fé e das motivações.

Paralelamente à presença e influência local do culto da Abelheira, constatámos recentemente que no Santuário de Nossa Senhora das Graças da Ladeira do Pinheiro⁷², em Torres Novas, entre os cerca de 70 estandartes expostos no interior do templo principal e utilizados no culto do santuário, se encontra um estandarte que tem, num dos lados, a representação da Senhora da Conceição e as inscrições “Nossa Senhora da Conceição” e “Gestosa-Escariz Arouca” e, no outro lado, Santo André, o padroeiro da Paróquia de Escariz. Porque terá o movimento da Ladeira do Pinheiro seleccionado para o seu programa religioso e iconográfico a referência ao santuário da Abelheira, e em que circunstâncias o terá feito?

⁷¹ Também chamado “Calhau das Luzes”. Em 2006, pudemos observar aí três imagens (estatuetas), uma da senhora da Conceição, uma de Jacinta Marto e outra de Francisco Marto, flores e velas.

⁷² Trata-se de um santuário desenvolvido em torno de Maria da Conceição Mendes Horta, cujas visões nunca chegaram a ser reconhecidas pela Igreja Católica, tendo-se a vidente associado à Igreja Católica Ortodoxa de Portugal e, entretanto, a um grupo saído desta. O movimento devocional, marcado pelo sincretismo de tradições cristãs ortodoxas e heterodoxas, está activo e foi alvo de abordagens académicas (RITO, Maria Teresa – *A construção social de um culto: génese e desenvolvimento do movimento devocional da Ladeira do Pinheiro*. Lisboa: [s.n.], 1992. Tese de mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas, Culturas Regionais Portuguesas apresentada à Univ. Nova de Lisboa) e esotéricas (CARVALHO, António Carlos – *O triângulo místico português: Fátima, Tomar, Ladeira do Pinheiro*. [Lisboa]: Liber, 1980). O texto de Tânia Welter publicado nesta revista é parcialmente dedicado à figura de Maria da Conceição e do movimento que fundou. Entre os estandartes, expostos no templo e usados em procissões, encontram-se, por exemplo, um de Nossa Senhora de Fátima, um da própria Maria da Conceição Horta e pelo menos um estrangeiro.

2. Enquadramento de um movimento devocional marginal

Narrado o caso do movimento da senhora da Abelheira desde a sua génese até à sua legitimação, e sumariamente apresentados os seus principais intervenientes, permitimo-nos ainda acrescentar algumas referências e observações com vista ao enquadramento e melhor compreensão das circunstâncias em que, nos primeiros tempos, o movimento se ergueu em linha marginal à Igreja Católica. Marginal, porque reivindicando a identidade “cristã-católica”, se desenvolveu fora, à margem, da estrutura governativa e legal da Igreja Católica. Para além da reivindicação de autoridade por parte do movimento, um dos motivos dessa marginalidade resulta da presença, no caso da Abelheira, de expressões daquilo a que se poderá chamar de uma religião “natural” ou “pagã”⁷³.

Para que um movimento surja e se desenvolva, não basta a revelação de um acontecimento extraordinário, fundante e garante da autoridade dos responsáveis pelo movimento. Um movimento – que não tem necessariamente de ser institucionalizado – só acontece quando há adesão de um grupo de pessoas que afirmam reconhecer a autenticidade do acontecimento fundante e sobre ele constroem um sistema de culto. Vários destes movimentos e suas construções, com o passar do tempo, perdem a marginalidade originária, são integrados no sistema “oficial” de culto e passam a figurar, com características mais ou menos populares, na rede de santuários, festas religiosas e outras manifestações culturais; outros não⁷⁴.

De modo a enquadrar, quer epocalmente, quer geograficamente, o movimento da Senhora da Abelheira, identificamos em seguida alguns casos cuja comparação nos aproximará da mundividência e da motivação dos intervenientes do movimento da Abelheira e nos ajudará a entender o universo religioso em que este movimento surgiu e cujos atributos incorporou. Fiquemo-nos pelos episódios de aparições de Nossa Senhora e de “corpos incorruptos”.

2.1. As aparições e a construção de ermidas

Verificámos que, no caso da Abelheira, o movimento devocional teve origem numa aparição, em sonhos, com o pedido/ordem de construção de uma ermida (genericamente chamada de capela). Se repararmos em alguns casos próximos, constataremos da frequência com que uma experiência fora do comum na qual se reconhece uma forte densidade religiosa (por exemplo, uma aparição ou a proximidade da morte) conduz à edificação de uma ermida, ermida essa que depois se constituiu como eixo da perpetuação da memória da experiência religiosa que a originou.

⁷³ Não queremos com isto reduzir os acontecimentos a manifestações da persistência de crenças e práticas pré-cristãs, Cf. CLEMENTE, Manuel – *A fé do povo: compreender a religiosidade popular*. Apelação: Paulus, p. 55-56.

⁷⁴ Para além dos casos abaixo referidos, consultar, por exemplo, os casos citados no repertório bibliográfico *PIEDADE popular em Portugal*. Dir. Zília Osório de Castro e Paule Lerou. Lisboa: Távola Redonda, 1998, com o n.º 127, 323, 431, 624, 625, 644, 806 e 807-811.

Entre 1855 e 1856, expandiu-se por grande parte do território nacional uma epidemia de cólera que vitimou vários milhares de pessoas, entre as quais 34 em Albergaria-a-Velha ⁷⁵. Após a morte dos vizinhos, reuniram-se na localidade dois padres e dezassete homens, fazendo um voto a Maria de Ihe construir uma ermida se eles e suas famílias fossem poupados. Foram-no. A Câmara cedeu-lhes um terreno baldio no ponto mais elevado do concelho e pouco depois a autoridade diocesana autorizou a construção do templo. Esta foi custeada pelo grupo, tendo um dos seus elementos esculpido e oferecido a imagem. A imagem e a capela foram sagradas em 15 de Agosto de 1857, data da primeira romaria. O santuário e a festa, sob o orago da Senhora do Socorro, ficaram sob administração dos fundadores, que formaram uma irmandade com estatutos aprovados. Nos anos oitenta do século XIX, a ermida foi ampliada, tendo o edifício original sido convertido em capela-mor do novo edifício, o que também aconteceu na Abelheira em 1971. O caso da capela da Senhora do Socorro tipifica uma situação em que o movimento nasce em cooperação e não em resistência às autoridades eclesíásticas e civis.

O caso de Fátima, ocorrido sete anos antes do da Abelheira, e sobejamente conhecido, foi dos que mais inspiraram a Abelheira, e cujas características iniciais mais se assemelham, por surgir como um movimento popular em torno da comunicação de revelações (no caso, por parte de três crianças pastores) e com o epicentro geográfico e gravitacional do culto numa capelinha (construída em 1919 e reconstruída na passagem de 1922 para 1923) e de uma imagem de Nossa Senhora do Rosário (oferecida em 1920). Quer os acontecimentos fundantes de Fátima, quer a estrutura devocional construída sobre eles, geraram uma onda de mimetismo de que a Abelheira é mais um foco. Fátima teve, entre outras particularidades, a de se ter tornado no palco exemplar de um processo pelo qual a autoridade eclesíástica, logo nos anos 20, se associou a um culto nascido em ambiente popular e o disciplinou, eliminando algumas práticas típicas de uma romaria popular (arraial, música profana, foguetes, comidas, bebidas e vendas no santuário...) tolerando a sobrevivência de outras (promessas, penitências, dormir no santuário, procições...) e sublinhando aquelas que valorizassem a sua função eclesial (sacramentos, sacramentais...) ⁷⁶.

O caso da “santa” leiteira de Argoncilhe, também dita “Senhora da Azenha” ⁷⁷ (Santa Maria da Feira), tem origem na suposta visão, no dia 25 de um dos meses

⁷⁵ ROMARIAS I: *um inventário dos santuários de Portugal*, p. 30.

⁷⁶ Verificar, a este respeito, a síntese arguta de Pierre Sanchis em *Festa, arraial de um povo*, p. 197-203. Contemporâneo de Fátima e digno de referência e de sinopse — embora nunca alcançasse as mesmas proporções — é o episódio da “aparição” do Barral, localidade de Ponte da Barca, a um pastor de 10 anos.

⁷⁷ Cf. DIAS — *Milagres e credences populares*, p. 67-73; SILVA, Orlando da — *Ver-gada: gentes, memórias, factos*. [S.l.: s.n.], 2008, p. 163-217; Dossiê do *Jornal de Notícias* sobre *Viagem pelo reino da credence profunda*. <http://jn2.sapo.pt/secdiv/especial/seitas.htm> (consultado em 14-08-2007).

do ano de 1934, de Nossa Senhora por parte de uma habitante local, Guilhermina de nome e leiteira de profissão. Na sequência da aparição foi construída uma capela no local, administrada pela vidente até à sua morte. Além da construção da capela, fazem parte deste movimento elementos que sugerem um mimetismo do caso de Fátima: o sítio da “aparição”, chamado Cova da Azenha; a “aparição” e mensagem de Nossa Senhora junto de um sobreiro; um sinal extraordinário do sol; e a cura de uma paralítica. O culto, não tendo sido legitimado pela Igreja e persistindo à sua margem, permanece vivo, com peregrinações e um conjunto de rituais tais como orações, procissão e via-sacra.

O caso da capela do monte da Lovagueira, em Vila Cova à Coelheira (Vila Nova de Paiva) é presumivelmente mais um caso de mimetismo de Fátima, partindo da suposta aparição de Nossa Senhora, em 28 de Junho de 1939, a Maria Ferreira Saraiva e Benjamim dos Santos, pastores, então com 10 e 14 anos respectivamente, e pedindo «para se fazer aqui uma capela, que o dinheiro não faltará»⁷⁸. A ermida foi construída e o culto manteve-se vivo, com uma peregrinação no dia 28 de cada mês, até à morte de Maria Ferreira Saraiva, à qual sucedeu um outro responsável. A ermida, ainda hoje um ermo, tem uma imagem de Nossa Senhora e é visitada esporadicamente por devotos que aí deixam as suas esmolas, usadas para melhoramentos. O culto não foi legitimado pela Igreja.

2.2. O aparecimento e a veneração de “corpos incorruptos”

No caso da Abelheira, o conteúdo dos sonhos nos quais era pedida/ordenada a construção de uma capela tem associado a promessa do aparecimento de um “corpo incorrupto”, para aí ser venerado. O aparecimento e a veneração dos “corpos incorruptos” eram fenómenos muito vivos na época e na região. Os “corpos incorruptos” (rigorosamente, deveríamos falar de cadáveres) são sinais/provas de santidade e, portanto, autorizam o culto em torno de uma pessoa “santa”, isto é, mediadora entre o divino e o humano. Tradicionalmente, usam-se alguns ritos para verificar a veracidade da incorruptibilidade⁷⁹ e, em muitos dos casos, a população canoniza imediatamente o incorrupto, *ipso facto*.

O caso mais conhecido de um “corpo incorrupto” é o de Maria Adelaide de Sam José e Sousa, a “santa” de Arcozelo⁸⁰. Tendo morrido em 1885, a sua memória

⁷⁸ Cf. DIAS – *Milagres e credices populares*, p. 40; Dossiê do *Jornal de Notícias* sobre *Viagem pelo reino da credice profunda*.

⁷⁹ Cf. ESPÍRITO SANTO, Moisés – *A religião popular portuguesa*. 2.^a ed. Lisboa: Assírio & Alvim, 1990, p. 127.

⁸⁰ Cf. SANTOS, Agostinho Gomes dos – *Maria Adelaide de Sam José e Sousa, a “Santinha de Arcozelo”*. 7.^a ed. V. N. Gaia: ed autor, 1980; DIAS – *Milagres e credices populares*, p. 25-29.

perdeu-se até que, em Fevereiro de 1916, o seu cadáver foi encontrado incorrupto. A povoação tomou conta do “corpo”, iniciou visitas ao local onde o depositaram, e formou uma comissão para angariar fundos para a construção de uma capela tumular. Transladaram o “corpo” para a capela em 1920. Em 1922 a Junta de Freguesia iniciou a construção de uma outra capela, mais espaçosa, para a qual trasladaram o “corpo” da “santa” em 17 de Maio de 1924 (poucos dias antes do início do movimento da Abelheira). Os devotos atribuem-lhe muitos milagres. A Junta de Freguesia é quem gere o “santuário”, situado no cemitério local.

Também em 1916, em Barcos, localidade de Tabuaço, foi encontrado o cadáver incorrupto de Maria Adelaide Sá Menezes, também chamada “servinha”⁸¹. O processo de apropriação do cadáver e do culto tem suscitado diversos conflitos entre a autoridade eclesiástica e a população que, se não por mais, por motivos turísticos, não se inibe de divulgar o culto⁸².

Dois anos depois, em 1918, em Sanfins, localidade da freguesia de Passô, concelho de Moimenta da Beira, registou-se um caso em que, segundo a narrativa que se canonizou, o levantamento foi provocado pela suspeita de existência de um “corpo incorrupto”. A etiologia consagrada refere que sobre o local onde o corpo veio a ser encontrado se dava o renascimento diário de uma flor (numa versão fala-se de um lírio, noutra de uma rosa) e que na ocasião «duas senhoras andavam há muito tempo a sonhar com aquele local e, num certo dia, os seus sonhos foram de tal forma coincidentes que não resistiram a ir escavar o local»⁸³. Encontraram dois “corpos incorruptos”, sendo o do “santo Justo” o melhor conservado. Em finais dos anos 60, a comissão responsável erigiu, ao lado da capela da Senhora da Ajuda, uma minúscula capela onde se expõe ainda hoje o “corpo” e alguns ex-votos. Existem neste caso aspectos que não podemos deixar de comparar com o caso da Abelheira: em ambos os casos existem sonhos ditando o local onde estaria enterado o corpo de um “santo Justo” num caso e de uma “santa Maria Justa” no outro; em ambos os casos não há memória da identidade do “santo” em vida, isto é, não se sabe ao certo quem era; em ambos os casos o culto levou à construção de uma capela destinada a acolher o “corpo” do respectivo “santo”.

⁸¹ Cf. *Cultos a corpos incorruptos*. Dossiê da Associação Portuguesa para a Investigação. <http://www.gifi.pt/portal/programs/ewpview.aspx?codigo=CORPOS> (consultado em 14-08-2007).

⁸² Segundo o site da Câmara Municipal, «dentro da Capela de Santa Bárbara jaz o corpo meio incorrupto da Servinha, designação piedosa dada pelo povo a uma mulher da aldeia que um dia começou a ganhar fama de santa». Cf. http://www.cm-tabuaco.espigueiro.pt/visita_concelho/visita_patrimonio_arqueologia_castro_i2.htm (consultado em 14-08-2007).

⁸³ Cf. *Cultos a corpos incorruptos*; cf. também as aporções do fórum na Internet sobre movimentos de devoção popular: <http://www.paroquias.org/forum/read.php?1,9728,10257,quote=1> (consultado em 14-08-2007).

A poucos quilómetros de Sanfins, em Vila Chã, Tarouca, em 1922, foi desenterrado o cadáver de um missionário espanhol de nome Julião Bultron que ali falecera em 1901. Segundo a tradição, em 1922, «uma senhora sonhou com ele e vieram de noite desenterrá-lo em segredo. Não estava corrompido. Voltaram a enterrá-lo. A senhora continuou a sonhar com ele e vieram as autoridades. Tiraram-no e deitaram-lhe um balde de cal. Não corrompeu. Decorria o ano de 1922. Foi exposto a público e considerado santo»⁸⁴. O “corpo” encontra-se exposto na capela de Santo António. O culto está mais desenvolvido que o do vizinho “santo Justo”, talvez para isso tenha contribuído a tolerância e, de certa forma, cooperação eclesial, visto que da parte da diocese foi desencadeado o processo preliminar para averiguar da existência de matéria para iniciar o processo de beatificação⁸⁵. Uma vez mais, se encontram relevantes semelhanças com a Abelheira: um habitante local que sonha com um santo enterrado e a subsequente movimentação popular.

A associação do movimento da Abelheira, na sua génese, ao culto dos “corpos incorruptos”, foi desde logo feita por um colaborador do jornal *A Época*, que numa série de artigos críticos aos casos de devoção a “corpos incorruptos” em localidades da região do Douro Litoral tais como Arcozelo, Vilar de Andorinho e Ovar, se referiu, em Agosto de 1924, ao caso da Abelheira: «o caso mais importante, porém, dá-se agora na freguesia de Escariz», afirma⁸⁶.

Conclusão

O estudo dos movimentos de devoção popular em Portugal tem valor residual se nos limitarmos a uma história positiva, factual ou sintética, que olhe a sociedade do prisma “macro” dos regimes políticos e das mudanças de regime político e que se fique pelo estudo dos grupos sociais urbanos e de elite. Contudo, o seu lugar justifica-se, se não mais, pelo que poderá aportar à história das mentalidades, da religiosidade e da identidade da sociedade portuguesa.

O caso do movimento devocional da Senhora da Abelheira, e os casos que o enquadram, testemunham experiências concretas da relação entre uma religião “oficial” e uma religião “popular”, experiências feitas a maioria das vezes pelas mesmas pessoas nas suas vivências e na construção das mediações íntimas e sociais com o sagrado. São experiências que são respostas a questões permanentes: como é que um cristianismo que professa haver «um só Deus, e um só mediador entre Deus e os homens, um homem: Cristo Jesus, que se entregou a si mesmo como resgate por todos» (1 Tim 2,5-6) lida, como é que inclui e exclui mediações construídas à

⁸⁴ <http://www.paroquias.org/forum/read.php?1,9728,10257,quote=1>

⁸⁵ Cf. *Ibidem*.

⁸⁶ AZEVEDO; MOREIRA – *Origem da capela da Abelheira*, vol. 1, p. 37.

margem do controlo da Tradição e do Magistério e em resistência a essa Tradição e a esse Magistério?; como é que a hierarquia da Igreja Católica lida com experiências destas que questionam a sua autoridade e ortodoxia?; qual a motivação do clero?; elevar as pessoas do obscurantismo, da mentalidade mágica e da falta de instrução humana e religiosa para uma relação com Jesus Cristo, o único mediador?; “domesticar” as pulsões religiosas das pessoas e gerir os fluxos financeiros dos santuários?

A edição do periódico portugalense *A Voz do Pastor* de 17 de Outubro de 1925 publicou na primeira página uma fotografia do Bispo e um artigo que começa assim: «as verdades que a Igreja recebeu de Jesus Cristo encontram-se na Sagrada Escritura, a que se chama Bíblia, e na Tradição. É aqui, a estas duas fontes, que a mesma Igreja vai buscar as verdades que ensina aos fiéis»⁸⁷. A mesma edição de *A Voz do Pastor* publicou, na página 4, o «Interdito e desmembramento da freguesia de Escariz» onde, a respeito da “santa”, se lê a certa altura: «quando é que a Igreja, única competente, interpôs o seu juízo, autorizou o seu culto, ou a incluiu no *Canon* dos seus santos? Então um *sonho* (se é que o sonho se deu) pode cano-nizar santos a que possamos prestar culto, particular ou público?»⁸⁸.

O caso da Senhora da Abelheira é exemplo de um movimento que, tendo origem numa experiência religiosa íntima (a manifestação do sagrado, em sonhos, a um indivíduo), se estendeu além dos limites e espaços (se é que os há) exclusivamente religiosos e locais. A imprensa tornou-se um palco de publicitação e debate; as autoridades civis e judiciais estiveram activamente envolvidas; a conjuntura política contribuiu para a condução do caso; existiram referências e influências de outros casos e santuários (Lourdes, Fátima, Arcozelo, etc.); registaram-se fenómenos de sincretismo religioso, expectativas de milagres, actuação de “bruxas”, etc. Apesar deste conjunto de circunstâncias, a oportunidade que um santuário poderia vir a constituir para a valorização e projecção do lugar da Abelheira e da freguesia de Escariz não é de desconsiderar como um dos principais motivos para a adesão e o envolvimento da população local no movimento da sua construção.

⁸⁷ *A Voz do Pastor*. (17-10-1925), p. 1.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 4.